

## O PODER E A BRUXA EM *A HORA DAS BRUXAS* DE ANNE RICE<sup>1</sup>

THE POWER AND THE WITCH IN *THE WITCHING HOUR* BY ANNE RICE

Ayda Elizabeth Blanco Estupiñán<sup>2</sup>

Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia

**Resumo:** O artigo analisa a figura da bruxa no romance *A Hora das Bruxas* (1990), de Anne Rice, a partir de uma perspectiva feminista, com foco no conceito de poder. Explora-se como a bruxa, tradicionalmente associada à transgressão, reflete as relações de poder entre homens e mulheres dentro de uma sociedade patriarcal. Baseando-se nos postulados do feminismo da segunda onda, o estudo destaca a opressão histórica das mulheres e sua exclusão do exercício do poder. Conclui-se que, apesar das bruxas de Rice parecerem figuras femininas fortes e independentes, na narrativa enfatiza-se sua vulnerabilidade e dependência, questionando sua validade como símbolo feminista.

**Palavras-chave:** Bruxa; Poder; Anne Rice; Feminismo.

**Abstract:** The article analyzes the figure of the witch in the novel *The Witching Hour* (1990) by Anne Rice from a feminist perspective, focusing on the concept of power. It explores how the witch, traditionally associated with transgression, reflects power relations between men and women within a patriarchal society. Based on the principles of second-wave feminism, the study highlights the historical oppression of women and their exclusion from the exercise of power. It concludes that, although Rice's witches appear to be strong and independent female figures, the narrative emphasizes their vulnerability and dependence, questioning their validity as a feminist symbol.

**Keywords:** Witch; Power; Anne Rice; Feminism.

**Texto de autor convidado.**

### Introdução

Anne O'Brien Rice (Nova Orleans, 1941) discute diversos assuntos de fundo religioso, moral, histórico e cultural em suas narrativas. Sua escrita relê personagens

---

<sup>1</sup> O artigo apresenta um recorte dos resultados centrais da tese doutoral *Poder e sexualidade: a mulher bruxa na narrativa de Anne Rice* (2020), defendida na Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

<sup>2</sup> Doutora em Letras: Estudos Literários, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Licenciatura em Literatura e Língua Espanhola, Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia (Tunja, Boyacá, Colombia). Email: ayda.blanco@uptc.edu.co

sobrenaturais, como vampiros, bruxas e múmias, nos quais primam o caráter humano e a constante interrogação acerca do sentido da existência e do valor do livre-arbítrio. Também se destaca a abordagem de temas e contextos ligados à tradição gótica sulista estadunidense (Hoppenstand; Browne, 1996, p. 3), dentre os quais podemos citar a decadência e a violência. No presente artigo apresenta-se a análise do romance *A hora das bruxas* (1990) à luz de postulados feministas relacionados com o conceito de poder. A análise proposta mostra a bruxa como figura arquetípica que, vinculada à transgressão, encena vínculos sociais estabelecidos entre homens e mulheres que se fundam sob a dominadora lógica patriarcal e sob ideias negativas acerca do feminino. A análise desenvolvida focaliza as formas pelas quais Rice discute, por meio da bruxa, temáticas comuns entre a interpretação feminista da personagem e a teoria sobre poder gerada na segunda onda do feminismo.

### 1. O poder: percepções feministas

Em *A hora das bruxas*, Rice explora as relações de poder e elabora um discurso relacionado com a redefinição, validação ou afirmação dos papéis de gênero, que, na narrativa, estão determinados e condicionados pelas instâncias de poder da ordem patriarcal, na qual se sublinha a submissão e dominação do homem sobre a mulher e na qual o masculino costuma vencer e o feminino perder. Um dado a ressaltar é que a data de publicação de *A hora das bruxas* nos anos noventa coincide com o auge da reedição de livros considerados a base da militância política feminista da segunda onda contra as formas de opressão do patriarcado<sup>3</sup>, os quais influenciaram amplamente a cultura *pop* nos Estados Unidos e deram espaço à apropriação da bruxa como símbolo de grupos de diversas índoles nos que as mulheres começaram a se autodefinirem como bruxas.

Um dos debates centrais na segunda onda da teoria feminista centrou-se nos modos pelos quais as mulheres poderiam adquirir e usar o poder que lhes tinha sido negado historicamente pela sociedade patriarcal. Esse tópico influenciou a caracterização e a interpretação que essas feministas fazem da bruxa; assim, o poder equivale a bem, habilidade ou conhecimento. Assim, Rice entra na discussão feminista da época por meio

---

<sup>3</sup> Russel e Alexander (2007, p. 227) ressaltam que, em meados da década de 1990, nos Estados Unidos, se apresentou uma ampla difusão da personagem da bruxa graças aos meios de comunicação, pois estes expuseram uma “imagem e um conceito da bruxaria moderna diretamente na cultura popular”, que ainda hoje é facilmente identificável nas expressões culturais *pop*.

da sua narrativa ao empregar a bruxa como personagem principal para discutir o conceito do poder.

Nos debates feministas, foi a partir da década de 1980 que o tema do poder se tornou mais relevante, embora já tivesse sido discutido como conceito diretamente ligado à luta pela equidade e igualdade de direitos proclamada pela primeira onda. Em “Ideas de poder en la teoría feminista”, María de la Fuente (2015, p. 173) aponta que a segunda onda do feminismo voltou suas análises teóricas para a dinâmica da opressão-libertação, na qual o poder é o centro da lógica das relações sociais. O conceito do poder é fundamental na teoria feminista, uma vez que a proibição e submissão da mulher infligidas pelo patriarcado marginalizaram a mulher do exercício de diferentes tipos de poder, porque nele prima a dominação, a “autoridade masculina, a desigualdade e a discriminação” (Paradiso, 2011, p. 191). Embora a discussão do poder não tenha se limitado à relação dominador/dominada, segundo De la Fuente (2015, p. 173), ela se enquadra na “lógica da opressão e da libertação” sublinhada nos debates da segunda onda do feminismo.

Na teoria feminista, o tema do poder é analisado a partir do fato de que, na sociedade patriarcal, a mulher é dominada e oprimida, pois esse “sistema de controle que rege a sociedade desde os primórdios da civilização humana” (Paradiso, 2011, p. 191) impedira-lhe explorar um discurso próprio e elaborar um reconhecimento profundo da sua habilidade de poder como posicionamento político e social porque essa condiciona-se a certos mecanismos de poder dos quais foi excluída e nos que precisa entrar para começar exercer um papel diferente ao estabelecido pelas normas de gênero.

Para as feministas radicais, o poder envolve explicitamente a ideia de dominação, enquanto exercido por sujeitos sociais mais fortes para se impor sobre outros mais fracos — no caso específico, homens sobre mulheres —, o que gera relações baseadas na violência e na coerção e monopoliza um único discurso como normatividade (Clegg; Haugaard, 2009, p. 2, 3). A dominação de um indivíduo ou grupo impede que se desenvolvam sua “capacidade de liberdade e transcendência (Allen, 2009, p. 293, 296) que possibilita a construção de novas formas de convivência na sociedade, tal como acontece no patriarcado, de onde se derivam mais modos de opressão que estigmatizam aqueles que fogem da norma.

O problema da definição de poder como dominação proposta pelas feministas radicais é que sobrevaloriza a posição das mulheres como subjugadas pelo sistema

patriarcal, ignorando que elas também podem se tornar agentes vitimizadores e definindo-as só como “vítimas carentes de poder” (Castellanos, 2011, p. 39) sem agenciamento algum, concepção que as apaga como sujeitos. Segundo Gerhard Göhler (2009, p. 27), “as experiências de poder são particularmente complexas”, o que impossibilita a delimitação específica e imodificável de um sujeito dominado e um dominador, pois as relações de poder que os unem são sempre instáveis e dependem do contexto social, cultural e histórico no qual agem.

No âmbito político, Hanna Piktin (1972, p. 276) entende o poder como “uma capacidade, uma potência, uma habilidade”, definição que implica compreender como ele é exercido, em quais contextos e como se relacionam os agentes da interação. Assim, o poder pode significar a imposição de intenções e propósitos de umas pessoas sobre outras (poder sobre) nas relações sociais e, ao mesmo tempo, pode ser definido como uma habilidade pessoal e independente para realizar uma ação sem envolvimento ou influência de outros (poder para). Essa distinção permite identificar o poder como determinante das normas de uma sociedade, fora das quais ele “produz um resultado negativo para aqueles sujeitos” (Göhler, 2009, p. 28) porque constribe sua capacidade de atuação.

Segundo Amy Allen (2009, p. 293), enquanto as feministas discutiam o problema do poder como “dominação, opressão e subordinação”, estavam construindo implicitamente o conceito de poder como uma força exercida sobre outros (poder sobre) e, ao criticar e denunciar as dinâmicas opressivas do patriarcado, redefiniram o poder como um tipo de transformação ou empoderamento (poder para ou poder com), cujos escopos e variações dependiam das relações de gênero. Entretanto, é impossível dar uma única definição feminista do poder, porque o feminismo foi trabalhado não como um conceito isolado, mas ligado às discussões acerca de outros temas, tais como “a pornografia, a maternidade, o casamento, o assédio sexual, o cuidado e a igualdade” (Allen, 1998, p. 21), nos quais a interação entre homens e mulheres aparece determinada por quem exerce ou tem mais poder.

Em “Rethinking power”, Amy Allen (1998) afirma que, na teoria feminista, é possível identificar dois modos ou categorias principais de poder: como dominação e como empoderamento. O poder como dominação, ou “poder sobre”, significa limitar as opções e o espaço do outro com a criação de certos mecanismos de controle e adequação a uma norma geral. E, no empoderamento, ou “poder para”, é possível evidenciar uma possibilidade de prática, de exercício, de tomada do poder, unida à liberdade para decidir

e atuar. Allen (1998, p. 21) defende que esses dois conceitos de poder precisam ser repensados e ampliados pelo feminismo com o propósito de ter em conta as “diversas experiências das mulheres com o poder” para analisá-las a partir de uma ótica mais abrangente.

Para a teoria feminista produzida a partir de 1970, um dos estudos mais relevantes sobre a condição da mulher na sociedade e na cultura é *O segundo sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, que apresenta o conceito de poder como dominação de um ponto de vista fenomenológico. Beauvoir (2009, p. 20) analisa os aspectos sociais, históricos, biológicos, antropológicos e econômicos que têm sido usados para posicionar as mulheres no lugar do “inessencial”, enquanto os homens têm se assumido como sujeitos do “Absoluto”, do transcendente, o que tem transformado as mulheres em um grupo oprimido pelo patriarcado e limitado em seu poder.

De acordo com Jo-Ann Pilardi (2010, p. 30), a tese central de Beauvoir postula que o patriarcado tem condenado as mulheres à imanência, negando-lhes a possibilidade de serem tratadas como sujeitos transcendentais, isto é, ser consideradas como objetos. Na cultura patriarcal, a imanência é considerada uma qualidade natural equiparável com os aspectos biológicos, expressa especialmente na maternidade, e diferenciável da supremacia masculina na qual se atribui um maior valor à sexualidade e à liberdade sexual. Assim, o papel e as ações das mulheres na sociedade estão limitados pela sua capacidade de gestação e “prática da maternidade” (Pilardi, 2010, p. 35), enquanto os homens podem se construir como sujeitos ao desempenharem diversos papéis sociais e ao terem maior liberdade tanto sexual quanto econômica.

Para Beauvoir (2009, p. 24), os homens e as mulheres nunca têm partilhado relações de poder iguais na sociedade porque, para os varões, elas têm sido as suas escravas, ou quando menos, suas vassalãs, justificando-se por meio da diferenciação biológica. A mulher também se encontra em uma posição de prejuízo nos âmbitos político e laboral porque seus direitos só são “abstratamente reconhecidos”, ela não está em igualdade de condições e o seu poder é limitado a não possuir salários justos, ter menores possibilidades de sucesso e ocupar lugares menos importantes do que os homens. A realidade feminina na sociedade é, então, a de um Outro, diferenciado e dominado.

Com base nas ideias expostas pela filósofa francesa, as feministas radicais entenderam o poder como uma relação de dominação dos homens sobre as mulheres, similar àquela entre mestre e escravo (Allen, 2016), sendo a diferenciação sexual o fator

determinante da mulher ser dominada e oprimida. Apesar de o conceito de poder como dominação excluir as mulheres como possíveis agentes de violência e opressão, na teoria feminista produzida entre os anos 1970 e 1990 foi um dos mais discutidos e defendidos, partindo-se do pressuposto de que, na sociedade patriarcal, ser “o masculino significa ser livre, enquanto ser o feminino é ser sujeito” (Allen, 1998, p. 23) e, por conseguinte, carente de poder.

Por outra parte, Iris Marion Young define o poder como uma relação injusta, ilegítima e opressiva entre homens e mulheres, na qual o corpo feminino é objetivado e oprimido. Em “Five faces of oppression”, Young (1988, p. 271) estabelece que o poder funciona como dominação ao limitar a “habilidade para desenvolver e exercer capacidades e expressar necessidades, pensamentos e sentimentos” de uma pessoa ou grupo específico. Assim, as mulheres, por serem mulheres, estão oprimidas pelas ideologias e normas patriarcais. A carência de poder é, para Young, uma das formas de opressão social, ao lado de exploração, marginalização, imperialismo cultural e violência, condições de injustiça partilhadas por qualquer grupo que seja socialmente caracterizado como inferior em comparação ao executor da supremacia ou dominância.

O poder como dominação gera “desvantagens e injustiças” (Young, 1988, p. 271) para as mulheres porque elas estão limitadas e diminuídas pelas práticas, normas, hábitos e símbolos aceitos como certos na sociedade, como no caso da desigualdade na distribuição das tarefas domésticas e no âmbito laboral. Desta forma, a mulher tem estado sob o controle do homem porque assim tem sido determinado pelas regras sociais com o pretexto de garantir a sobrevivência de instituições como o casamento e a família. Segundo Young (1988, p. 278), para as feministas é fácil identificar a opressão das mulheres como se dando por meio de uma “sistemática e não recíproca transferência de poderes”, em que os homens as excluem dos âmbitos de privilégio e se beneficiam do trabalho realizado por elas, tal como acontece com o cuidado de casa e dos filhos.

Como resultado das relações de poder não igualitárias, as mulheres sofrem também a marginalização, resultante da limitação ao espaço doméstico e aos tipos de trabalho que se lhes tem atribuído socialmente (Young, 1988, p. 279), nos quais muitas vezes carece de autoridade ou poder. Essa falta de poder se caracteriza porque aquele que não o exerce é quem recebe ordens e não possui o direito de dá-las, além de não ter a oportunidade de desenvolver habilidades próprias. Para o feminismo, as mulheres, ao serem definidas como o Outro, são segregadas e colonizadas pela cultura. Assim, a sua

carência de poder é o fator relevante de opressão, pois não contam com o aval nem com as circunstâncias sociais que lhes permitam a entrada a contextos vedados histórica e culturalmente.

Apesar de o conceito de poder como dominação envolver a denúncia da subordinação da mulher pelo patriarcado, as formas de violência que sofre, a exploração sexual, a desigualdade de gênero e a sua carência de poder, assuntos fundamentais para o feminismo, nos debates acerca do tema tem-se problematizado o papel de vítima atribuído à mulher ao considerá-la uma figura totalmente oprimida, pois essa concepção impede conceber as mulheres como seres autônomos e criativos, que, ainda em situações de opressão, encontram formas de resistência, autodesenvolvimento e liberdade. A conceituação da mulher como dominada, diminuída e objetivada exclui a possibilidade do empoderamento feminino.

## **2. O poder em *A hora das bruxas***

Em *A hora das bruxas* são relatadas a origem e a história da família Mayfair e das bruxas principais que a compõem, cuja existência está determinada pelas ações e planos de um ente fantasmal, Lasher, que deseja renascer em um corpo humano e precisa dessas bruxas para atingir esse objetivo. As personagens denominadas bruxas são retratadas em um primeiro momento como extremamente belas, independentes e fortes, mas sempre se encontram sob a opressão ou influência da figura masculina de Lasher. Cada uma das bruxas Mayfair se posiciona de diversas maneiras diante do uso do poder, da sua natureza sobrenatural e, ao mesmo tempo, humana, e da obrigação de manter um legado matriarcal.

Por meio da bruxa, Rice tece um discurso explicitamente relacionado com o poder. De acordo com Jennifer Smith (1996, p. 145), as bruxas Mayfair, vistas como poderosas, [...] manifestam, em realidade, a ideia de que “as mulheres são intrinsecamente vítimas”, porque, apesar de ter poder, “suas atuações as mostram como fracas” e, inclusive, ingênuas e manipuláveis em relação a outros personagens, tanto masculinos quanto femininos. Rice constrói a personagem da bruxa usando diversas dicotomias: poderosa-inocente, forte-sensível, inteligente-crédula, solitária-sociável, dedicada-vingativa, as quais fazem referência à ambiguidade humana. A bruxa é representada mais como humana do que como sobrenatural; seus poderes a ajudam em algumas circunstâncias, mas também a excluem; deseja a liberdade, mas está aprisionada e, como qualquer ser

humano, possui a habilidade de escolha e deve decidir entre criar e destruir. No romance são reafirmados vários dos estereótipos da bruxa como mulher, como ser inferior e transgressor por natureza, fato que a condena à invalidação pela violência e, às vezes, à morte.

As bruxas são reconhecidas como tais por uma sociedade secreta chamada O Talamasca, que tem se dedicado a compilar a história da família Mayfair desde o século 17, época em que aparece a primeira bruxa e se inicia o legado familiar concedido pelo espectro invocado por ela. A maior parte da informação acerca das bruxas vem da observação dos pesquisadores de O Talamasca, personagens masculinos que representam a objetividade científica e o ceticismo diante das superstições populares relacionadas com as mulheres tidas como bruxas, mas que também as sublinham como mulheres de caráter maligno e muito perigoso, inclusive para os membros da sua ordem.

O Talamasca é uma organização dogmática que defende a ciência, baseada no lema: “Nós observamos e estamos sempre presentes” (Rice, 1994, p. 12, v. I), identificam e descrevem todo tipo de seres sobrenaturais ou pessoas com habilidades especiais, entre esses os vampiros e as bruxas. Seus pesquisadores reconhecem a existência das bruxas e o necessário ocultamento de seus poderes para evitar a perseguição, a estigmatização e a morte delas. O seu interesse nas mulheres bruxas radica no forte poder que elas possuem “para atrair e manipular forças invisíveis” (Rice, 1994, p. 246, v. I) e o perigo que isso suscita para quem se envolva com elas. As bruxas não são exclusivamente mulheres; existem bruxos, embora em mínima quantidade, e, na família Mayfair, eles também estão presentes.

O espírito chamado pela primeira bruxa da família, Suzanne, acompanha as treze bruxas Mayfair ao longo de quatro séculos e lhes fornece poder, prazer e cuidado, fato que as expõe como não poderosas por si próprias, mas dependentes dessa figura masculina. No estereótipo da bruxa, Lasher equivale ao Demônio com quem as feiticeiras selavam um pacto de serviço eterno em troca de poderes e riquezas e cujas promessas não cumpridas condenavam suas almas à perdição por serem contra as leis de Deus e abdicantes da fé. A verdadeira intenção de Lasher se tornará explícita no final da história, quando ele usa a décima-terceira bruxa da família, Rowan, para fazer seu trânsito do mundo espiritual ao corporal, ficando evidente que as bruxas Mayfair têm servido a um ser demoníaco e monstruoso (Kinsella, 1997, p. 306).

Em *A hora das bruxas*, a maior diferença entre as bruxas Mayfair e as mulheres não bruxas da família é o poder econômico que lhes possibilita ter o controle sobre as outras personagens. A riqueza das bruxas lhes é outorgada por Lasher sob a condição de ajudá-lo e manter o sobrenome Mayfair como símbolo de poder do patriarcado formado pelas bruxas. Portanto, elas não são totalmente livres e independentes, mas estão condicionadas pelos termos estabelecidos pelo espírito, embora sejam elas que administrem e disponham do legado para cumprir desejos materiais próprios. É o contato com Lasher que dá às bruxas a posição e o reconhecimento social que de outro modo não teriam: “quem consegue ver o homem, quando está totalmente só, herda tudo” (Rice, 1994, p. 100, v. I), pois só as bruxas que mantenham contato íntimo de tipo sexual com ele obterão os benefícios oferecidos pelo espírito. É este personagem masculino que possui o poder, e as bruxas são só mulheres escolhidas para realizar seus fins.

Assim, no romance, é apresentada a concepção do homem como superior e a mulher como inferior, ou melhor, como inferiorizada, e essa é confirmada por meio da caracterização do personagem de Julien Mayfair, o único homem bruxo da família e o mais notável dentre o grupo das bruxas escolhidas por Lasher. Rice coloca em Julien a responsabilidade e o poder para dar fim à opressão do espírito sobre as bruxas Mayfair, com a ajuda de outro personagem também masculino, Michael Curry. Julien é considerado como o mais poderoso, bem-sucedido, livre, astuto e inteligente dos Mayfair em comparação com as outras bruxas, embora não seja o possuidor direto do legado familiar, pois é definido como o mais racional e coerente nas suas decisões e atuações; não em vão consegue manter-se ancorado à casa de First Street até o fim de Lasher.

Em *A hora das bruxas*, a ideia ressaltada por Rice é que o fato de ter um corpo masculino garante maior poder e liberdade, pois ainda que Julien não se encaixe totalmente nos papéis de gênero dados aos homens e seja uma figura transgressora, o fato de ser visto fisicamente como homem lhe possibilita vivenciar sem problemas experiências vetadas culturalmente para as mulheres, tais como usar a prostituição como meio para satisfazer desejos e fantasias, cometer infidelidade e ter relações bissexuais. Assim mesmo, apesar de Julien se mostrar como amoroso e dedicado ao bem-estar familiar, ele também exerce o papel de dominador sobre a sua esposa, sendo “perverso, cruel e malicioso” (Rice, 1994, p. 410, v. I) com ela, dado que a inferioriza e rejeita por não ser uma mulher menos religiosa, de natureza mais animada e festeira, mais ambiciosa e vaidosa e mais forte para dar à luz. Mas, diante da sociedade, ele nunca deixa de ser

considerado um “cavaleiro admirável” (Rice, 1994, p. 403, v. I), atencioso e generoso. A sua conduta depreciativa está justificada pela cultura patriarcal, na qual se a mulher não cumpre com as expectativas do marido, a violência de qualquer tipo estará justificada.

As maiores evidências de que Rice reconhece a posição de superioridade masculina, em oposição à inferioridade feminina denunciada pelo feminismo, são a racionalidade e a força intelectual de Julien, pois ele é o personagem masculino que planeja a queda de Lasher e o único do grupo das bruxas Mayfair que não se deixa seduzir pelos encantos nem as promessas do espírito, embora finja apoiá-lo. Assim mesmo, o plano de Julien de eliminar Lasher é finalmente desenvolvido, acabando assim com a maldição à qual foram condenadas treze bruxas da família desde o momento em que a primeira, Suzanne, invocou o espírito.

Com a releitura que Rice faz do estereótipo da bruxa, o qual é parte constituinte do sistema e da cultura patriarcais, em *A hora das bruxas*, a autora ressalta fortemente a estigmatização, a opressão e a dominação sofrida pelas mulheres e a sua posição de vítimas, assuntos denunciados pelo feminismo e exemplificados nos estudos históricos sobre a caça às bruxas baseados em uma perspectiva de gênero. No entanto, Rice também põe em dúvida a validade de assumir a bruxa como um símbolo feminista para as mulheres contemporâneas, pois atribui-lhes poderes sobrenaturais, e com isso força e agenciamento, não lhes garante maior independência e menos sujeição aos preceitos patriarcais de gênero.

As bruxas retratadas por Rice, embora representem o “ideal da mulher do século XX: inteligente, capaz e forte” (Smith, 1996, p. 149), além de independentes financeiramente e possuidoras de um projeto profissional, não conseguem deixar de ser vítimas, dado que a dinâmica do poder como dominação e submissão dos homens sobre as mulheres continua vigente. Rice tampouco omite o fato de que as mulheres também podem se tornar agentes vitimadores, pois elas também podem se posicionar como defensoras dos costumes e comportamentos de uma ideologia patriarcal na qual prima o exercício do poder sobre o outro.

A figura masculina de Lasher aparece tanto como outorgante de poder quanto como opressor, e a mulher bruxa é representada como incapaz de exercer o poder ao ser dependente. A função social de Suzanne como curandeira e parteira não é mais valorizada e o que se enfatiza na sua caracterização é a sua dependência do espírito para ter algum

tipo de agenciamento e reconhecimento pelas pessoas próximas, embora seja de caráter negativo.

Com a reinterpretação dos processos inquisitoriais, Rice torna explícitas a violência e a crueldade exercidas por agentes masculinos sobre as mulheres acusadas de cometer o delito de bruxaria. Assim, na história de Deborah Mayfair, Rice põe em evidência como vários tipos de opressão e violência são desenvolvidos contra a mulher. O primeiro ato de violência e crueldade de que Deborah é vítima é o mandato de testemunhar a queima na fogueira e “o lançamento das cinzas da mãe aos quatro ventos” (Rice, 1994, p. 284, v. I), porque, segundo a lei inquisitorial, isso impediria que ela usasse a magia demoníaca que possivelmente teria aprendido em casa. Assim, Deborah é condenada à orfandade e à estigmatização, ao ser vista como a “filha da farra” (Rice, 1994, p. 284, v. I). As figuras masculinas que representam as instituições de poder religioso e estatal retratadas por Rice são cruéis ao extremo: logo depois de queimar Suzanne se reúnem para banquetear “com uma bela refeição proporcionada pelos bens da bruxa morta” (Rice, 1994, p. 284, v. I), enquanto Deborah é deixada à sua própria sorte.

Embora Deborah chegue a ser vista como uma “bruxa terrível” (Rice, 1994, p. 319, v. I) e possua um grande poder econômico do qual diversas figuras masculinas se beneficiaram, ela é uma mulher oprimida e submetida por múltiplos agentes. Um tipo de condenação histórica das mulheres à opressão é retratado por Rice, uma vez que, apesar da intenção de Deborah de não repetir a história de sua mãe, que careceu de qualquer poder, ela se torna vítima da dominação masculina e feminina. Em Deborah, Rice representa a ideia feminista da bruxa como uma mulher boa, “generosa e importante” que ajudava e curava os próximos com muita “bondade” (Rice, 1994, p. 272, v. I), mas que, no final das contas, é condenada e castigada injustamente, graças à violência exercida pelos homens. Não obstante, no relato se tem em conta que as mulheres também podem ser agentes dominadores e violentos, pois será um agente feminino que desencadeará a desgraça de Deborah.

Quando Deborah é reconhecida como a condessa de Montcleve, uma mulher de alta posição social e grandes poderes de cura, por meio de “poções e ervas”, e para “desfazer a magia de bruxas inferiores” (Rice, 1994, p. 272, v. I) sem pedir nada em troca, isto é, quando consegue ter agenciamento, começa a ser atacada e diminuída por sujeitos opressores. Semelhantemente ao que aconteceu em muitos processos pelo delito de bruxaria, são pessoas próximas a Deborah que a denunciam como bruxa e de ter pacto

com o Demônio, uma acusação feita para se vingar por motivos ou brigas pessoais. Em 1689, Deborah é culpada pela sogra de envenenar o próprio marido usando magia negra, é submetida à tortura e, finalmente, condenada à morte. Deborah deixa de ser vista como a curandeira do povo e passa a ser definida como uma “bruxa impenitente” e “a noiva de Satã” (Rice, 1994, p. 271, v. I), denominações depreciativas e anuladoras dos saberes e ações da personagem.

Embora se faça referência a Deborah como “a bruxa mais poderosa de que jamais se ouviu falar” (Rice, 1994, p. 287, v. I), o que fica explícito no relato é que o seu poder é limitado. Ela tem habilidades sobrenaturais que lhe permitem “mover objetos sem tocar neles, prever o futuro e descobrir inúmeras coisas impossíveis” (Rice, 1994, p. 277, v. I). Possui ainda conhecimentos para curar, mas não o poder de impedir a morte dos outros nem a sua. Quando ela não consegue curar o marido, ele opta por se vingar acusando-a de ser uma bruxa e de usar contra ele a mágica aprendida com a mãe. Ele se mostra vingativo, dominador, violento e calculista, e quer se passar por vítima. O esposo de Deborah é um dos seus maiores opressores: “Bruxa é o que ela é e sempre foi. Tudo isso ela me confessou, me enfeitiçando com suas astúcias de recém-casada, chorando no meu peito. E com esses meios, ela me prendeu a si mesma e às suas trapaças” (Rice, 1994, p. 275, v. I). Essa acusação finalmente desencadeia a desventura de Deborah.

Por outro lado, ainda que de maneira menos aprofundada, Rice também retrata a opressão da mulher com Stella, que, como visto, é principalmente caracterizada como uma mulher alegre, festeira e dissidente, mas que, no fim, é retratada como uma pessoa solitária, triste e submetida a personagens próximos, em especial à sua irmã Carlota, que desempenhará um relevante papel como figura feminina opressora e violenta. Diante de personagens masculinos como Stuart Townsend e Arthur Langtry, membros de O Talamasca, Stella se mostra como uma mulher frágil, assustada e carente, características opostas à extroversão e despreocupação ressaltadas o tempo todo no seu caráter. Stella afirma que não tem “um único amigo neste mundo” (Rice, 1994, p. 17, v. II) e, sem sucesso, tenta fugir do contexto doméstico de opressão; ela reconhece a família Mayfair como agente de opressão e violência porque é a família que estabelece normas que inferiorizam as mulheres. Com a morte violenta de Stella, vista como um castigo pelo seu comportamento, Rice propõe de novo a ideia de que as mudanças culturais ou temporais não beneficiam por si só as mulheres, pois se os ciclos de violência continuam sendo exercidos por diversas figuras dominadoras, a opressão não acabará. Inclusive, a autora

sublinha que novos tempos históricos podem trazer mais situações de decadência e violência para as mulheres:

Estava tudo acabado [...] Com a morte de Stella, o poder das bruxas Mayfair foi efetivamente destruído. Stella foi a primeira das herdeiras dos dons de Deborah a morrer jovem. Ela foi a primeira a sofrer uma morte violenta. E nunca mais uma Bruxa Mayfair “governaria” a casa de First Street, ou assumiria a administração direta do legado (Rice, 1994, p. 35, v. II).

Com a destruição de Stella, Rice inicia a caracterização de mais um ciclo de violência e opressão contra outra das mulheres Mayfair: Antha, que será submetida e violentada por sua tia Carlota. Ainda que Antha seja caracterizada como uma bruxa, ela é vista como uma menina frágil, “coitadinha, tímida, doce, com medo da própria sombra” (Rice, 1994, p. 87, v. I), que necessita do caráter rebelde e independente da sua mãe. Está sempre “chorando, queixando-se do frio [...] e sujeita a longas febres e calafrios inexplicáveis” (Rice, 1994, p. 43, v. II), o que a faz ser vista como destituída de poder. A vida de Antha é definida como “trágica” (Rice, 1994, p. 39, v. II), pois seus projetos de libertação e de criação serão frustrados ao morrer jovem e de forma violenta. A transgressão cometida por Antha é a de tentar se afastar do espaço doméstico, no qual é oprimida e violentada, e seu suicídio acidental pode se interpretar como um castigo.

Em Antha tampouco se ecoa o estereótipo da bruxa, embora ela possua a habilidade sobrenatural de ouvir os pensamentos alheios. Ela se parece mais com uma mulher comum vitimada por figuras opressoras, neste caso mulheres próximas, das quais não se pode livrar porque as dinâmicas de violência e do poder como dominação são mais fortes do que ela e anulam suas ações. Com a história de Antha, Rice reforça a ideia de que as mulheres são vítimas por natureza graças a uma fragilidade inata, mas que também podem atuar como agentes de opressão, o que significa que a violência contra as mulheres não é executada exclusivamente pelos homens.

Ela cresce trancada na casa de First Street; até os dezessete anos, nunca sai dali; suas tias estão sempre “implicando com ela, vigiando cada momento” (Rice, 1994, p. 93, v. I); é uma prisioneira em um espaço doméstico ruinoso e decadente. Antha é anulada dentro de uma casa com um “ar de perpétua tristeza” (Rice, 1994, p. 43, v. II), com as janelas sempre fechadas e com a tinta descascada, cenário doméstico que anuncia a desgraça. Nessa casa quem domina e controla é tia Carlota, que exerce a violência contra Antha, ameaçando de pô-la na rua se não lhe obedecer, ocultando-lhe a riqueza de que é

dona e a tratando como uma “desequilibrada” (Rice, 1994, p. 45, v. II) e “louca de nascença” (Rice, 1994, p. 53, v. II) e, portanto, como incapaz de cuidar de si mesma.

Carlota justifica sua crueldade por meio de uma visão moral e religiosa, defendida pelo sistema patriarcal. Para libertar-se da opressão e violência exercidas por Carlota, Antha foge de casa, muda de cidade, inicia um relacionamento amoroso e começa a escrever literatura como maneira de deixar o passado para trás, mas fracassa em tudo. Embora Antha deseje tomar suas próprias decisões, está fadada à desgraça. Nem o poder financeiro nem a vontade de mudar sua vida e se “esquecer daquilo tudo” (Rice, 1994, p. 49, v. II) são suficientes para evitar o seu futuro sinistro. Em Antha, como em outras bruxas, também prima a sua natureza humana, e o fato de ser uma bruxa e de ter a ajuda de Lasher não lhe garante ter o poder de agenciamento para acabar com a opressão exercida contra ela, pois é “ingênua” (Rice, 1994, p. 48, v. II), “indefesa” (Rice, 1994, p. 49, v. II) e “frágil demais” (Rice, 1994, p. 50, v. II), características que se opõem à necessidade de ser forte, maliciosa, decidida e capaz de conseguir sua dependência e liberdade apesar das situações cruéis e violentas ao seu redor.

Antha é a personagem que mais se aproxima do papel de mãe e esposa atribuído cultural e socialmente às mulheres, pois embora se saiba que “levava o diabo consigo para a cama” (Rice, 1994, p. 32, v. II), ela se refugia firmemente em uma figura masculina com quem se sente protegida e deseja exercer a maternidade, tudo isso como um projeto pessoal, não como o destino ditado pelas leis da família. Ela encontra na maternidade e na escrita formas de poder após o fracasso de seu projeto de vida. Com o nascimento da sua filha, Deirdre, Antha parece “estar cheia de vida” (Rice, 1994, p. 54, v. II), reinicia sua carreira literária e assume o papel de dona de casa, lugar que lhe tinha sido negado por Carlota. Contudo, o que se indica na narração é que esse despertar ao exercício do poder e à tomada de decisões é só irrealidade, pois Antha é apresentada como se “estivesse vivendo no meio de um sonho” (Rice, 1994, p. 55, v. II). O processo de opressão desenvolvido por Carlota concluirá com a morte violenta de Antha e com a deterioração de sua imagem como pessoa, como mãe e como escritora, por meio das palavras da sua tia:

Ela não estava de modo algum preparada para ser mãe [...] Antha passava horas batendo à máquina cartas, contos e poesia, e Nancy e as outras precisavam bater com força na porta do quarto para fazer com que ela percebesse que Deirdre estava chorando e que precisava que a amamentassem ou que lhe dessem uma mamadeira [...] Antha era louca [...] Durante toda a sua vida, ela

fora desequilibrada. Ela havia sido internada em Bellevue e no sanatório de Santa Ana. Ela dependia dos outros para cuidar de si mesma e da sua filha [...] Antha havia sido uma pessoa muito doente. Era loucura congênita sem a menor dúvida (Rice, 1994, p. 56, 57, v. II).

Assim, Carlota diminui a ação de Antha e a transforma em vítima e, ao mesmo tempo, justifica a violência como forma de manter a ordem religiosa e moral da família transgredida pelas bruxas ao aceitar a presença e poder de Lasher. Com Carlota, Rice mostra que a violência do sistema patriarcal também pode ser exercida pelas mulheres, pois elas, como os homens, reproduzem ideias opressoras e dominadoras contra outras mulheres.

Na narrativa, a violência exercida por Carlota também vitimará Deirdre, filha de Antha, que, desde início do romance, é definida como “uma criatura trágica” (Rice, 1994, p. 15, v. I) e que “não tinha como defender seus próprios interesses” (Rice, 1994, p. 27, v. II), características que a assemelham à mãe e que indicam já um futuro sinistro ainda que, por ser uma bruxa, possua poderes sobrenaturais. Deirdre é uma personagem deteriorada e inutilizada pela submissão e dominação. Ela é a bruxa Mayfair em que se representa de forma mais explícita a carência total de poder como agenciamento e os efeitos desumanizadores da opressão.

Rice retrata Deirdre como uma adolescente atormentada pela presença de Lasher e pela constante coação de Carlota para que ignore esse ser, em atendimento aos preceitos cristãos e morais. A influência desses dois agentes de opressão a fazem se sentir como “amaldiçoada e possuída pelo demônio” (Rice, 1994, p. 63, v. II), pois, por um lado, desconhece a história familiar e não se reconhece como bruxa, e, por outro, porque Lasher a tenta com o prazer do sexo e ela não consegue resistir. Deirdre vivencia uma luta existencial entre a carne e o espírito, e entre a lei das bruxas e a lei religiosa, isto é, escolher entre aceitar ou rejeitar Lasher e o poder que ele lhe oferece.

A relação de Deirdre com o espírito demoníaco é conflitiva, dado que ao mesmo tempo em que o vê como um fiel protetor, sente angústia pelas advertências acerca do perigo que ele representa. O verdadeiro problema é que ela não consegue identificar nele um possível agressor, visto que ele se comporta amorosamente com ela e, inclusive, se mostra triste e desapontado quando ela o ignora. Deirdre é ingênua e acredita nas boas intenções do espírito: “mas a intenção dele não é a de machucar ninguém” (Rice, 1994, p. 89, v. II), fato que ecoa o relato bíblico da tentação de Eva pela serpente, no qual a

mulher é vista como tola por não ser capaz de detectar o perigo e por ignorar as leis recebidas.

Ao contrário das outras bruxas, Deirdre é castigada por ter contato sexual com Lasher e por manter com ele um relacionamento de amantes, o que gera a violência de sua tia Carlota e a estigmatização por parte de personagens que testemunham seus encontros. Deirdre é acusada de ser “fingida” (Rice, 1994, p. 65, v. II) moralmente, pois “ela permitia que o homem a tocasse com indecência” (Rice, 1994, p. 65, v. II). Dessa forma, o exercício da sexualidade com Lasher e a evidente sensualidade de Deirdre se tornam motivos para justificar a violência contra ela. Além disso, sua “beleza espantosa” (Rice, 1994, p. 66, v. II) a faz suspeita de amoralidade e de ser uma mulher transgressora da normativa de gênero no que se refere ao comportamento sexual e ao decoro feminino. No entanto, nela prevalece a imagem da mulher como vítima.

Tal como Antha, Deirdre está fadada à desgraça. Desde os nove anos, tenta fugir, em várias ocasiões, do espaço de opressão e dominação, mas sempre fracassa. Muda de escola e de cidade, mas nunca encontra um lugar para si: “não se pode fugir de uma maldição de família com uma mudança para longe” (Rice, 1994, p. 97, v. II). Tampouco pode ser ajudada por alguém, embora diversas pessoas tentem. Deirdre será mantida em cativeiro em uma casa que se deteriora e que se assemelha mais a um túmulo do que a um lugar habitado por mulheres vivas. Ela é vista como um fantasma, “um espectro na sua camisola branca” (Rice, 1994, p. 102, v. I) com “expressão fixa e desanimada” (Rice, 1994, p. 15, v. I) nem sequer com força para falar. Fraca e indefesa, Deirdre é caracterizada como uma mulher alienada.

A violência exercida por Carlota ao manter Deirdre sob elevadas doses de antipsicóticos e com isso produzir-lhe um profundo estado de catatonia faz dela uma “bruxa tornada inoperante e talvez à mercê do seu espírito, que está sempre por ali” (Rice, 1994, p. 103, v. II). Sua capacidade de ação e de raciocínio são totalmente apagadas:

Durante dezessete anos ela foi encarcerada em várias instituições para tratamento mental, recebeu doses cavalares de medicamentos e séries impiedosas de eletrochoques, com apenas uma breve trégua quando voltava para casa, uma sombra da moça que havia sido. Afinal, em 1976, ela foi trazida de volta a First Street para sempre, uma inválida muda e de olhos assustados, num perpétuo estado de alerta, embora sem absolutamente nenhuma memória sequencial (Rice, 1994, p. 101, v. II).

Dessa forma, a imagem da bruxa representada por Deirdre é a de uma mulher débil, incapaz de se defender do mau trato exercido contra ela e cujo final é a morte causada pela total deterioração do seu corpo. Com Deirdre, Rice não reinterpreta o estereótipo da bruxa como uma mulher perigosa ou rebelde nem a imagem feminista dela como poderosa, porque a mostra como uma mulher em estado de fragilidade e anulação pela ação de agentes opressores.

Por outra parte, a personagem de Rowan, filha de Deirdre, é representada por Rice como uma mulher contemporânea forte, poderosa, inteligente e sexualmente liberal, mas a sua imagem é principalmente a de vítima da violência e da opressão exercidas por agentes masculinos. Apesar de ser vista como uma mulher poderosa e independente, Rowan sofre um distanciamento de outras pessoas e um profundo sentimento de não pertencimento e solidão. Rowan é uma mulher “terrivelmente só” (Rice, 1994, p. 122, v. II), angustiada e temerosa, e, ao mesmo tempo, vitimada pelo seu pai adotivo, Graham, primeiro agente masculino que a violenta.

Graham exerce o papel de manipulador e agressor sexual de Rowan. Ele usa a chantagem emocional contra Rowan, em uma atitude amoral e violenta. Graham é um “ser humano de segunda classe” (Rice, 1994, p. 134, v. I), por representar o machismo e o desejo masculino de dominar e usar as mulheres para seu próprio benefício. Para evitar que Ellie, sua mãe adotiva, sofra com o abandono de seu marido, Rowan se submete aos desejos carnais de Graham, justificando sua vitimização pela sua necessidade de exercer a empatia e o cuidado com a figura materna.

Rowan interpreta o intercâmbio sexual com Graham como a aceitação de uma natureza violenta dos homens que não pode ser apagada e também como um estupro, porque ele a ameaça, a conduz ao incesto simbólico, pois não existe consanguinidade entre eles, e defende o seu crime culpando-a: “— Não me diga que não era isso o que você sempre quis — disse-lhe Graham no fofo colchão de plumas” (Rice, 1994, p. 113, v. I). Rowan é obrigada a se tornar um agente violento ao cometer parricídio usando o seu poder de matar com a mente para se defender. Ela reage com força letal contra essa figura masculina opressora, caracterizada por ambição, hipocrisia e frieza. Embora esse ato de Rowan seja de violência, o que Rice propõe é a necessidade de as mulheres não aceitarem o papel de vítimas como se fosse natural e de se defenderem de qualquer tipo de agressor, pois na narrativa ressalta-se a posição de vítima assumida pelas mulheres ainda que possuam a possibilidade de se libertar dos agentes opressores.

Um dos aspectos mais significativos de Rowan é que, apesar de ela ser definida como uma mulher forte e como a bruxa Mayfair mais poderosa e a mais perigosa da família, dado que os seus poderes sobrenaturais não dependem de Lasher, no final, a sua imagem é diminuída à de uma mulher insana a partir da visão de O Talamasca: “Ela é meio louca, essa moça. Talvez tão louca quanto todas as outras” (Rice, 1994, p. 135, v. I). Os poderes de Rowan para o diagnóstico, a cura, a telepatia e a telecinesia são desvalorizados com uma atribuição negativa, o que faz dela uma personagem oprimida e inferiorizada pela perspectiva masculina. Não obstante, a maior opressão de que Rowan será vítima será de tipo sexual e será exercida pelo personagem de Lasher, que se revela como uma figura masculina profundamente cruel e violenta.

A interpretação feminista da bruxa como uma personagem extremamente poderosa e com habilidade de agenciamento é posta em xeque por Rice porque, apesar de representar as bruxas como possuidoras de poderes sobrenaturais, o que fica explícito é a ênfase dada à sua posição como vítimas. Dessa forma, a ideia feminista veiculada pela autora é a de que, na cultura patriarcal, as mulheres têm sido historicamente privadas do exercício do poder, pois as dinâmicas de opressão contra elas as têm inferiorizado. Ao reler a imagem da bruxa e as ideias negativas atribuídas à personagem, Rice ressalta o fato de que as mulheres carecem de poder porque a proibição e a submissão as apartaram da prerrogativa de exercê-lo.

Rice atribui poderes sobrenaturais às bruxas para compensar de alguma forma sua posição inferior perante os outros personagens, mas, no fim, esses poderes não são úteis para eliminar as dinâmicas de opressão que são exercidas contra elas. Assim, as mulheres bruxas que são caracterizadas como realmente poderosas no relato são aquelas que assumem posições ou papéis atribuídos socialmente aos homens. Não obstante, Rice apresenta, nas primeiras bruxas, uma reinterpretação do estereótipo da personagem, pois lhes atribui habilidades relacionadas com a mudança dos estados da natureza e com o uso de plantas para enfeitiçar, para logo depois apresentá-las com poderes menos mágicos e mais sobre-humanos, a modo de evolução da personagem.

Embora na narração se mostre que os homens da família Mayfair das gerações iniciais não são contra o exercício do poder por parte das mulheres, e até mesmo são vistos como “submissos por natureza” ou simplesmente como beneficiários pagos “pela sua anuência” (Rice, 1994, p. 386, v. I), nos romances existe pouca informação sobre as bruxas consideradas verdadeiramente poderosas como representantes de um firme

matriarcado: Charlotte, Jeanne Louise, Angélique e Marie Claudette. As três últimas mantiveram o poder e a fortuna começada por Charlotte e são definidas como mulheres fortes, respeitadas e admiradas pelas pessoas próximas, em especial pelos escravos, que se referem a elas como “poderosas feiticeiras” que “sabiam de tudo” (Rice, 1994, p. 385, v. I). Da mesma maneira, se faz alusão a sua bondade, seu amplo sentido da justiça e sua reconhecida habilidade para curar todo tipo de doenças. Essas bruxas são vistas por O Talamasca como “extremadamente bem-sucedidas” (Rice, 1994, p. 384, v. I), por serem fortes, decididas e prósperas, conseguindo viver muito mais tempo do que suas antepassadas.

Na história de Charlotte, Jeanne Louise, Angélique e Marie Claudette se faz uma referência à interpretação feminista acerca de bruxa como uma mulher possuidora do poder e livre do domínio patriarcal e a um tempo ideal no qual não era perseguida pelos homens, isto é, um matriarcado antigo e perdido em que o poder e o conhecimento estavam em mãos das mulheres. Não obstante, depois de Charlotte, Jeanne Louise, Angélique e Marie Claudette, as bruxas Mayfair começam a experimentar uma decadência no exercício do poder, embora possuam uma imensa riqueza material e o reconhecimento social e que o poder econômico ainda lhes permite certa independência das figuras masculinas. No entanto, a única mulher bruxa representada nos romances que pode ser vista como possuidora e executora do poder é Mary Beth, porque assume atitudes e comportamentos definidos como masculinos e afastados das normas de gênero atribuídas às mulheres, mas o seu exercício do poder no fim também é falido, porque está unido à figura masculina de Julien, deixando explícito que, como denunciado pelo feminismo, na sociedade patriarcal as mulheres não têm podido fazer uso do poder porque têm sido oprimidas e condicionadas pelos homens.

Mary Beth, filha de Katherine e Julien, é a última bruxa nascida no século 19 “com o verdadeiro poder” (Rice, 1994, p. 442, v. I) e com um profundo conhecimento e esperteza para incrementar seu legado. Mary Beth é uma das bruxas mais poderosas e lembradas por todos, pois a sua força e determinação foram herdadas do pai e não das bruxas anteriores, que são vistas diversas vezes como irracionais, impulsivas, fracas e emocionais em oposição ao caráter decidido e racional do homem bruxo da família. Mary Beth é misteriosa e complexa, conscientemente esconde seus poderes para passar despercebida e alcançar todos os “interesses comerciais” que a posicionaram como a dona e “senhora da casa” (Rice, 1994, p. 443, v. I). Muito antes da morte de Katherine, Mary

Beth já começa a se comportar como uma adulta e a se mostrar como capaz de decidir e de dirigir o poder econômico sem a ajuda ou orientação de uma figura masculina.

Contudo, é o relacionamento próximo com o pai que lhe possibilita aceder a lugares vetados às mulheres, tais como bares e bordéis, e a se vestir e comportar como um homem nas atividades sociais sem ser rejeitada por não se adequar às normas estabelecidas. Dessa forma, a imagem da bruxa representada por Mary Beth, embora seja vista como uma “matriarca” (Rice, 1994, p. 455, v. I), é a de uma mulher poderosa e livre pelo fato de levar a vida que um homem qualquer levaria e não por ser uma mulher com capacidade de decisão em uma sociedade organizada e normatizada patriarcalmente.

Às vezes, Mary Beth é tida como uma pessoa de “atitude fria, sistemática, insensível aos sentimentos alheios e masculinizada” (Rice, 1994, p. 443, v. I), porque na sociedade na qual se desenvolve não é comum que uma mulher detenha o poder econômico da família e crie suas próprias formas de agir. Segundo a visão masculina de O Talamasca, para uma mulher é impossível conseguir o sucesso financeiro e social sem a ajuda de forças sobrenaturais, e por isto a astúcia e inteligência de Mary Beth são suspeitas em comparação com “o conhecimento e o talento de um homem” (Rice, 1994, p. 448, v. I), dado que ela se assemelha a Julien, mas é vista como mais habilidosa ou esperta do que ele em algumas ocasiões. Ainda que a relação entre eles seja de mestre e pupila, ela o supera em múltiplos assuntos, em especial nos econômicos e mágicos.

Como bruxa, Mary Beth é caracterizada por fortes poderes sobrenaturais e com conhecimentos mágicos para desfazer feitiços, porém sua maior habilidade é o comando dos espíritos: “conversava com eles e os chamava pelo nome” (Rice, 1994, p. 447, v. I), podia vê-los, senti-los e invocá-los para ajudá-la na vigilância da sua casa e dos seus bens. Por seu dom de médium, Mary Beth é suspeita de idolatrar o Demônio em um altar e de realizar rituais mágicos caracterizados por um amplo sincretismo religioso ainda que se faça referência ao vodu: “queimava incenso e acendia velas de várias cores [...] e de vez em quando, ela acrescentava santos de gesso” (Rice, 1994, p. 447, v. I). Entretanto, no relato, as práticas rituais de Mary Beth não resultam tão relevantes quanto suas capacidades mentais para saber quando alguém lhe mentia e onde as pessoas tinham estado ou o que estavam fazendo embora estivessem em um lugar muito afastado, o que tornava impossível tentar enganá-la.

Por outro lado, em Mary Beth representa-se a dualidade dos sentimentos humanos, posto que seu caráter oscila entre a bondade e a ambição, a generosidade e a vingança, e

o “desejo de poder sobre as pessoas” e a “total ausência de narcisismo” (Rice, 1994, p. 445, v. I). Nela se sublinham também as características positivas e morais que são apagadas na bruxa estereotípica. Mary Beth como bruxa está mais próxima da interpretação feminista da personagem porque ela é uma mulher sábia mais interessada nos outros do que em si mesma e com um amplo sentido da justiça e da honorabilidade e porque suas transgressões estão mais relacionadas com o não cumprimento de algumas normas de gênero impostas às mulheres e com a aprovação e defesa de mudanças culturais e sexuais que lhes concederam maior liberdade em diversos aspectos. Em *A hora das bruxas*, se faz referência à chamada revolução sexual dos anos 1920 nos Estados Unidos, época testemunhada por Mary Beth, na qual as mulheres “abandonaram [...] os espartilhos e as saias compridas [e] descartaram com eles os costumes antiquados, passando a dançar e beber em bares clandestinos” (Rice, 1994, p. 477, v. I), mas que só será vivenciada por sua filha Stella, com consequências funestas.

Uma das transgressões de gênero cometidas por Mary Beth que, aparentemente, a expõe como uma mulher com poder é a mudança na forma de se vestir, que a apresenta como vanguardista. Com o tempo, “o seu hábito de se transvestir” (Rice, 1994, p. 456, v. I) já não foi mais motivo de escândalo e se tornou comum para as pessoas ao seu redor. Em sua aparência masculina, usando “terno, com a bengala e o chapéu” (Rice, 1994, p. 447, v. I), Mary Beth parece abandonar as características, definidas como femininas, da delicadeza e da fraqueza. No entanto, o fato de se vestir como um homem não é suficiente para ser forte e capaz de se defender de possíveis agressores masculinos, pelo qual se presume que, ao ser uma bruxa, tem o poder de se transformar mesmo em um homem e com isto adquirir a força física que, como mulher, carece.

Mas o poder de Mary Beth é limitado, porque as suas transgressões não vão além de gerar escândalo ao desrespeitar certas normas de comportamento, pois, dentro da dinâmica familiar, seus interesses, a ruptura da moral e sua forma de agir não foram contra a normativa estabelecida pelas bruxas Mayfair e nunca brigaram com a figura de autoridade representada por Julien. Assim mesmo, o seu contato com Lasher e sua ambição beneficiaram o legado e lhe possibilitaram se posicionar como uma bruxa poderosa e respeitada.

### **Considerações Finais**

A análise da personagem da bruxa retratada por Rice em relação ao conceito de poder evidencia a interpretação feminista da bruxa como uma mulher forte, independente e poderosa fracassa, dado que os ciclos de dominação, violência e opressão exercidos historicamente sobre a mulher prevalecem e, portanto, ela ainda carece de agenciamento, embora tenha alcançado certos espaços antes vedados a ela. Rice ressalta que, se o poder é usado como forma de submeter e dominar, tanto por agentes masculinos quanto por agentes femininos as mulheres continuarão sendo oprimidas, inferiorizadas e violentadas.

Como sublinhado pelo feminismo da segunda onda, a bruxa foi, sobretudo, uma vítima do ideário misógino e violento assumido no patriarcado. Rice confirma essa posição e ressalta que, embora o tempo histórico tenha mudado, as mulheres ainda sofrem a violência sexual, não podem decidir sobre seus corpos, não são reconhecidas como sujeitos desejantes e são excluídas da prática do poder. Dessa forma, a bruxa como personagem literário conecta o passado com o presente para denunciar as injustiças, violência e erros dos que as mulheres têm sido e são objeto.

Um dos aspectos mais destacados por Rice é que a imagem de uma mulher bruxa contemporânea, independente, inteligente, com poder financeiro e com habilidades sobrenaturais não é sólida o bastante e fracassa quando os ciclos de violência se repetem, porque o poder como dominação e a sexualidade como mecanismo de controle continuam prevalentes e a mulher ainda é alvo desses. No entanto, apesar de que uma parte do feminismo da segunda onda quis dar à bruxa o papel de heroína, a releitura da Rice a mostra fundamentalmente como vítima, mas, em certos momentos, a retrata como decidida, autônoma e capaz de se defender e fugir dos seus agressores, ou seja, com a capacidade de agenciamento para se libertar das fontes de dominação.

## Referências

ALLEN, Amy. Foucault on power: a theory for feminists. In: HEKMAN, Susan. *Feminist interpretations of Michel Foucault*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 1996.

ALLEN, Amy. Gender and power. In: CLEGG, Steward; HAUGAARD, Mark. *The SAGE handbook of power*. London: SAGE Publications, 2009.

ALLEN, Amy. Rethinking power. *Hypatia*, Hoboken, Wiley-Blackwell, v. 13, n. 1, p. 21-40, 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3810605>. Acesso em: 24 dez. 2024.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CASTELLANOS, Gabriela. Las mujeres y el poder. Diferencia, dominación y democracia. In: FEMENÍAS, María; SOZA, Paula. *Saberes situados/teorías trashumantes*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2011.

CLEGG, Steward; HAUGAARD, Mark. *The SAGE handbook of power*. London: SAGE Publications, 2009.

DE LA FUENTE, María. Ideas de poder en la teoría feminista. *Revista Española de Ciencia Política*, España, Asociación Española de Ciencia Política y de la Administración, v. 1, n. 39, p. 173-193, Nov. 2015.

GÖHLER, Gerhard. 'Power to' and 'Power over'. In: CLEGG, Steward; HAUGAARD, Mark. *The SAGE handbook of power*. London: SAGE Publications, 2009.

HOPPENSTAND, Gary; BROWNE, Ray. *The gothic world of Anne Rice*. Bowling Green: Bowling Green State University Popular Press, 1996.

PARADISO, Silvio. Mulher, bruxas e a literatura inglesa: um caldeirão de contradiscurso. *Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, Maringá, Unicesumar, v. 16, n. 1, p. 189-202, Jan.-Jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/1267/1221>. Acesso em: 24 dez. 2024.

PILARDI, Jo-Ann. Feminists read *The second sex*. In: SIMONS, Margaret. *Feminist interpretations of Simone de Beauvoir*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2010.

PITKIN, Hanna. *Wittgenstein and justice: on the significance of Ludwig Wittgenstein for social and political thought*. Berkeley: University of California Press, 1972.

RICE, Anne. *A hora das bruxas*. v. I-II. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RUSSEL, Jeffrey; ALEXANDER, Brooks. *A History of Witchcraft: Sorcerers, Heretics, & Pagans*. London: Thames & Hudson, 2007.

SMITH, Jennifer. *Anne Rice: a critical companion*. Westport: Greenwood Press, 1996.